

Pedido de demissão

No dia 18 de dezembro de 1987 solicitei formalmente minha demissão, através da carta a seguir reproduzida. Quatro dias antes havia escrito uma minuta de carta, que deixei incompleta porque cheguei à conclusão de que era melhor escrever uma carta mais curta. A carta do dia 14 está aqui também reproduzida.

Brasília, 18 de dezembro de 1987

Exmo. Senhor Presidente da República

Venho solicitar a V.Excia. demissão do cargo de Ministro da Fazenda. Estou convencido de que, conjuntamente com a dívida externa, o desequilíbrio do setor público é o problema econômico fundamental do Brasil. Enquanto não conseguirmos reduzir o déficit público e, assim, aumentar a capacidade de poupança do setor público, de forma a liberar a poupança privada para financiar o próprio investimento privado, não teremos condições nem de controlar a inflação, nem de retomar o desenvolvimento.

Este é o diagnóstico e a estratégia básica de política econômica do Plano de Controle Macroeconômico. O objetivo do conjunto de decretos e projetos de lei que lhe apresentei tinham um objetivo básico de redução de déficit público. Uma parte das medidas, inclusive a extinção de empresas, visava reduzir a despesa pública. Por outro lado, a reforma tributária tinha como meta recuperar parcialmente o nível da carga tributária, reduzindo o déficit público, e ao mesmo tempo tornar o sistema tributário socialmente mais justo. Não tendo sido possível a V. Excia. aprová-las de uma forma que mantivessem seu equilíbrio interno, não vejo mais condições de continuar conduzindo a pasta da Fazenda.

Saio do Ministério da Fazenda com a tranquilidade de quem fez tudo o que era possível fazer; com a alegria de ter contado com uma equipe leal e competente; com a satisfação de ter aprendido muito e feito novos amigos, inclusive V.Excia.

Agradeço sinceramente o tratamento sempre amável que me dedicou em um período de tantas dificuldades para o País e para V.Excia., e subscrevo-me cordialmente,

Luiz Carlos Bresser-Pereira

-x-x-x-x-x-

Em 14 de dezembro de 1987 comecei a escrever a carta abaixo. Deixei-a incompleta e decidi escrever uma carta mais curta, já que não fazia mais sentido dizer a Sarney o que ele não fora capaz de compreender.

Brasília, 14 de dezembro de 1987

Exmo. Senhor
Presidente José Sarney

Senhor Presidente,

Venho solicitar minha demissão irrevogável. Foi uma grande honra para mim ter recebido, no final de abril último, seu convite para exercer o cargo de Ministro da Fazenda. Durante quase oito meses empreguei o melhor dos meus esforços, apoiado por uma equipe de primeira qualidade, para administrar corretamente as finanças deste país. Alguns resultados importantes foram alcançados, mas agora chego à conclusão de que não tenho mais as condições adequadas para o desempenho do meu cargo e por isso peço demissão.

Encontrei este país em uma crise econômica e financeira gravíssima. Na verdade, não me lembro de uma crise tão profunda quanto a enfrentada pela economia brasileira no primeiro semestre de 1987: inflação galopante, concordatas e falências aumentando exponencialmente, queda de salários reais, desemprego crescente, recessão, queda das exportações, perda de reservas, moratória. As medidas de emergência que tomei logo no início – desvalorização cambial e congelamento de preços – permitiram superar os aspectos mais agudos da crise, mas evidentemente não resolveram os problemas estruturais da economia brasileira: a crise fiscal e a dívida externa.

A crise fiscal estrutural, expressa por uma imensa dívida pública externa e interna, e por um déficit público que inviabiliza o investimento privado e sanciona taxas crescentes de inflação, e a dívida externa, que é parte da crise fiscal, embora com causas e consequências autônomas, estes dois grandes problemas foram objeto do Plano de Controle Macroeconômico, de julho, que passou a se constituir no documento diretor da política econômica do país.

No início, contei com o seu total apoio para a adoção das medidas emergenciais e, em seguida, para a aprovação do Plano de Controle Macroeconômico. Quando, entretanto, se tratou de executar esse plano, as condições eletivas que V.Excia. teve para apoiá-lo revelaram-se cada vez mais insuficientes.

Cerca de um mês após a publicação do Plano, foi realizada uma reunião do Ministério com o objetivo de solicitar dos Ministros sua colaboração para o combate do déficit público. Verificou-se, então, que esse apoio seria limitado.

A partir de setembro, os problemas começaram a acumular-se. O golpe no Plano foi dado pelos aumentos de salários de diversas empresas estatais, a começar pelo Banco do Brasil e pela Petrobrás. Em seguida tivemos o episódio da Transbrasil e, logo após, o grande aumento real dos salários do funcionalismo civil e militar, decidido inicialmente sem qualquer participação minha; somou-se a isto a inadimplência dos Estados em relação à Eletrobrás, de forma que nem o orçamento das empresas estatais nem o orçamento da União se comportaram de acordo com o previsto no Plano.

Em todo esse processo ficava claro que a debilidade política do governo refletia-se diretamente em sua capacidade de conter os gastos. Apenas o déficit dos Estados, que ficou diretamente sob minha responsabilidade, foi possível ser mantido nos níveis projetados. Os gastos da União e os gastos das estatais, elevados especialmente pelos aumentos de salários, ultrapassaram claramente as metas estabelecidas, revelando o descontrole interno do Governo. Como consequência, deste fato e do comportamento claramente especulativo de uma parte do setor privado, que tratou de aumentar seus preços acima da elevação de seus custos, a inflação acelerou-se. Era de se esperar um certo retorno da inflação após o congelamento, dada a necessidade de recomposição dos preços relativos, extremamente desalinhados na data do congelamento, mas a inflação acabou alcançando níveis superiores ao esperado devido inicialmente às expectativas especulativas geradas a partir da descrença na ação do governo, e, em um segundo momento, aos aumentos excessivos de salários concedidos no setor público e no setor privado.

O retorno de taxas de inflação elevadas foi naturalmente provocando um nervosismo crescente na sociedade e no próprio governo. A solução fácil de um novo choque não era nem viável politicamente nem justificável economicamente. Antes era preciso tomar medidas mais enérgicas e mais corajosas para diminuir o déficit público, reduzindo a despesa e aumentando a receita do setor público.